

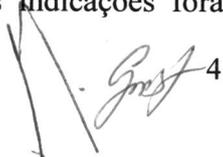
1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
3 ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4 Ao nono dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Sede da SEMA/DF,
5 setor Bancário Norte, Quadra 2, Edifício Wagner, Brasília-DF ocorreu a 32ª reunião ordinária
6 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do
7 seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF,
8 sob a seguinte pauta: 1 – Ordem do dia – item 1a) Apreciação e votação da Ata da 31ª RO.
9 1b) Apresentação sobre Prevenção de Incêndios e a Conservação do Bioma Cerrado –
10 SEMA/SECEX. 1c) Apresentação do Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH) –
11 ADASA/SRH. 1d) Acompanhamento das atividades da CTPA/CRH- Presidente da CTPA.
12 1e) Representação do CRH na Comissão Técnica que analisa os produtos do Plano de
13 Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos afluentes distritais do rio Paranaíba (PRH –
14 Paranoá) elaborados pela empresa contratada - ENGEPLUS Engenharia e Consultoria Ltda. 2.
15 Informes. 2a) Assinatura do ACT do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do
16 DF – MDR/SNRH e DF/SEMA. 2b) Retomada e reestruturação do CNRH. 2c) Plano de
17 Recursos Hídricos dos Afluentes do Paranaíba no DF – VI Rodada de Oficinas – Metas do
18 Plano de Ações e Investimentos. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as): JAIR
19 VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, MARIA CRISTINA COIMBRA MARODIN/SEMA,
20 EDNA AIRES/SEDUH, GABRIEL MARTINS SALES FONTE/SO/DF, ALLEX DE MELO
21 MORAES/SDE, ROSATILDE SANTANA CARVALHO DE LIMA CACI/DF, JORGE
22 ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA/ADASA, GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO
23 ADASA, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA, EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA
24 FILHO/EMBRAPA, ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA, ANDREIA
25 FERREIRA DE AGUIAR/CBH/MA, JOSÉ BRILHANTE NETO/CBH/PRETO, CARLOS
26 ALBERTO DE MIRANDA AVIZ/CBH/PARANAÍBA, RAQUEL DE CARVALHO
27 BROSTEL/ABES/DF, LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU/ABES/DF, SÉRGIO
28 KOIDE/UnB e WILLEM WILY DE PAULA BARBOSA/UCB. Participaram como ouvintes:
29 Samuel Almeida Fonseca/ADASA, Maria Vitória Nava/SEMA, Amanda Meireles/SEMA,
30 Mona Bittar/SEMA, Mariana Amado Costa/SEMA, Erica Yoshida de Freitas/SEMA,
31 Reginaldo Pereira Miguel/SEMA, Carolina Leite Schubart/SEMA, Paulo Salles/ADASA,
32 Darlan Aragão Mesquita/MDR, Olivia Carolina Ribeiro/Fibra, Maricleide Maia
33 Said/SEMA/DICOL. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação a reunião
34 foi aberta em segunda convocação. O Conselheiro Jair Tannús/SEMA justificou a ausência do
35 Presidente do Conselho, Senhor Secretário de Meio Ambiente José Sarney e presidiu a
36 reunião. Deu boas vindas aos Conselheiros e agradeceu a presença de todos. Procedeu com a
37 leitura da ordem do dia: **item 1a da pauta**: apreciação e votação da Ata da 31ª RO. A Ata foi
38 aprovada por unanimidade a assinada na reunião. O Presidente informou que as
39 apresentações proferidas nesta reunião terão caráter de capacitação e serão emitidos
40 certificados aos Conselheiros presentes, para serem contabilizados no
41 PROGESTÃO/Capacitação. Por decisão dos Conselheiros e a pedido da ADASA houve uma
42 inversão de pauta e prosseguiu com o item **1c) Apresentação do Sistema de Informação de**
43 **Recursos Hídricos (SIRH)-ADASA/SRH**, que foi proferida pelo Sr. Gustavo
44 Carneiro/ADASA. O Sistema de Recursos Hídricos – SIRH é um instrumento que está
45 previsto na Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Lei nº 2725/2001) e está em
46 funcionamento sob a responsabilidade da ADASA. O SIRH abrange todas as instituições do
47 DF relacionadas com recursos hídricos. Há dados que serão disponibilizados pela ADASA e
48 outros pelas instituições envolvidas. Foram apresentados o sistema atual e as perspectivas do
49 que será o Sistema “para o futuro”, em seu formato mais completo. O apresentador lembrou
50 que, como pode ser verificado no sítio eletrônico da ADASA, ao acionar o botão “SIRH”, há
51 uma aba de informações com vários ícones: coube destaque, como exemplo, ao boletim do
52 Pípiripau. Em continuidade, o Sr. Gustavo destacou que a ADASA também disponibiliza

53 outros dados como os de chuva na região, com três tipos de análises: chuva mensal observada
54 em um determinado período (com a disponibilização de mapas); a chuva mensal histórica e o
55 comparativo. Foi mencionada a importância dos mapas disponibilizados para indicar as
56 localidades com mais probabilidade de haver queimadas. O Sistema funciona de forma
57 acessível e abrangente. Há aproximação por “zoom” de todas as regiões, com indicações de
58 dados de chuvas, vazão de rios, etc., quase que em tempo real, em pontos estratégicos.
59 Lembrou que as informações sobre as reservas do Descoberto e Santa Maria foram as mais
60 acessadas, sobretudo à época da crise hídrica no Distrito Federal. Já no reservatório do
61 Paranoá, alguns dados foram aportados mais recentemente. Podem ser adquiridas planilhas
62 pelo Sistema da ADASA e informações a serem disponibilizadas rapidamente, a exemplo das
63 informações hidrográficas, hidrológicas, os planejamentos a serem disponibilizados,
64 estatísticas, outorgas, “links” para os Comitês de Bacias, ações de fiscalização (de campo e de
65 atos e seus resultados) e as homologações das negociações e o fluxo de informações gerais.
66 Informou que a parte de rios e lagos, a hidrografia e a hidrogeologia estão mapeadas e servem
67 para a emissão de outorgas. Também, todas as estações serão disponibilizadas para que o
68 interessado possa navegar pelo Sistema por regiões. Além do dado “bruto”, pretendem
69 disponibilizar informações reais dos dados adquiridos por monitoramento (dados e os
70 parâmetros adquiridos trimestralmente) e as águas subterrâneas. Oportunamente,
71 disponibilizarão todos os planos de Bacias, além do regramento para o uso do Lago. Lembrou
72 que a ADASA integra o Comitê de Bacias e envida esforços para que cada Comitê tenha suas
73 informações eletrônicas a serem disponibilizadas. O SIRH possibilita também a organização
74 de informações para consultas sobre os pontos outorgados; uso de caminhões pipas; situações
75 das barragens (dados mais transparentes e disponíveis); dados de fiscalização (atuações, tipos,
76 ocorrências, impactos e possíveis mapas de efetividade), dentre outras informações relevantes.
77 Trata-se de um trabalho contínuo, com uma equipe que deverá ser destinada para essas
78 reestruturações do referido Sistema. Na sequência, a Sra. Maria Sílvia/SEMA parabeniza a
79 ADASA pela apresentação e toda a equipe qualificada, que estava reunida para discutir água e
80 recursos hídricos no DF. Salienta que há grandes avanços nos esforços internos de
81 estruturação, dos dados parciais, da telemetria, do fortalecimento da rede e de monitoramento.
82 Lembrou que sem monitoramento, que é absolutamente estratégico, “não se chega a lugar
83 algum”. Esclareceu que trabalhava com camadas crescentes de integração de banco de dados:
84 a primeira está no tema da água/recursos hídricos, que está sendo bem atendido pelo Sistema
85 SIRH, há alguns anos. Há outros níveis de agregação de dados parciais que são importantes
86 para tomada de decisão do Governo e que toda essa arquitetura de níveis crescentes de temas
87 e de dados parciais possibilita que o *Geodatabase*, seja efetivamente operado pela SEDUH.
88 Esse portal de visualização é de escala territorial e, por meio de um acordo, em razão da Lei
89 do Zoneamento Ecológico e Econômico, e assim ficou estabelecido que o tema ambiental a
90 SEMA conseguisse trabalhar com mais afinco. Uma estrutura intermediária que vai ser
91 visualizada no geoportal, não é concorrente, trata-se de outra organização dos dados de água,
92 de solos, de flora, de fauna e de ar que são obrigatórios como determinam a Lei Orgânica e
93 pela lei de 2007, esta, de autoria da Deputada Arlete Sampaio. Tais dados espaciais devem ser
94 organizados e, assim, elaborado no âmbito da Lei de Zoneamento Ecológico e Econômico, lei
95 vigente, e que no Artigo 43 foi instituída a infraestrutura de dados espaciais ambientais que é
96 unificada por geoserviço com todos os grandes produtores de dados primários do DF. Tem-se
97 como ponto de partida os dados do SIRH que já agrega o tema água e vão se agregando outros
98 temas grandes em um “hub” grande, temático ambiental que também vai ser visualizado no
99 geoportal. O compartilhamento dos dados, já no âmbito do SISDIA, já há quatro anos, são
100 9.700 acessos por mês, com 22 órgãos a utilizá-lo com regularidade, mais de 270 analistas do
101 governo a operar nessa base de dados e que agora está sendo profissionalizada pelos recursos
102 do Fundo GEF/CITINOVA e, em junho do ano de 2020, será a abertura de todo esse “hub”
103 profissionalizado, assegurada a ligação dos produtores de dados de água, de fauna, de flora,
104 de solos com dados da fiscalização do DF Legal, DER, todos os grandes produtores de dados
105 primários, seja na forma de monitoramento ou de estudos contratos. Os dados espaciais

106 primários vão migrar para o “hub” que representa o SISDIA. Também, mencionou o pedido
107 do Secretário Sarney, ademais, da necessidade de compartilhamento de dados espaciais de
108 análise e comparações. São estes os dados primários gerados na estação de monitoramento,
109 em visita a campo e em levantamento florístico, dado primário espacial, nesses grandes temas
110 ambientais. Com ênfase, por orientação do Secretário Sarney, em razão da solicitação por
111 processo aberto no SEI distribuído para 15 órgãos, desde agosto de 2019, como para o
112 IBRAM, a ADASA, o DF Legal (anteriormente AGEFIS), a SEDUH, a CAESB, dentre
113 outras e, para estes, ainda há pendências de respostas, alguns até ainda sem movimentação no
114 SEI. Pede-se priorizar esse tema nas instituições dos bancos de dados do Governo, para
115 garantir transparência e controle social. Solicitou também que o Pleno do CRH acompanhe
116 com regularidade o avanço da integração e compartilhamento desses bancos de dados do
117 Governo, para viabilizar o lançamento integrado do “hub” em junho de 2020, trata-se de um
118 dos elementos fundamentais da estratégia de celeridade e robustamento das ações de
119 planejamento, que hoje estão bastante díspares, entre as Secretarias. O licenciamento
120 ambiental e as universidades precisam desses dados uniformizados para desenvolvimento das
121 pesquisas. Na sequência o Conselheiro Carlos Navarro/Fibra menciona a necessidade de
122 disponibilização de dados do ponto de vista de um usuário. Que as informações sejam
123 universalizadas e disponibilizadas para a sociedade. Salieta que se deve pensar no futuro,
124 sem as ferramentas do passado. A sociedade civil está bem preparada com inteligência
125 artificial, “learning machine”, no sentido de evitar crises de mais de 800 milhões de pessoas,
126 como acontece no oeste da África, no sentido de resoluções de problemas que somente
127 servem como estatísticas. Também, o Conselheiro Jorge Enoch/ADASA, menciona que há
128 um projeto de transformação digital, para disponibilização de dados e de informação no
129 menor tempo possível. Lembra que as pessoas podem ter, em tempo real, dados para subsidiar
130 suas atividades, como os mapas de chuva a serem disponibilizados diariamente. Para a
131 agricultura pretendem disponibilizar uma rede agroclimatológica para dar suporte a manejo de
132 irrigação e evapotranspiração, com disponibilização diária para a tomada de decisão de uma
133 forma acessível. Estão desenvolvendo aplicativos tendo em conta a facilidade de acesso de
134 muitos a “smartphones”. Disponibilizou-se para apresentar o projeto e assegurou que a
135 ADASA está empenhada a disponibilizar ferramentas ainda melhores no futuro. Finalizada a
136 apresentação o Presidente prosseguiu com o item **1b) Apresentação sobre Prevenção de**
137 **Incêndios e a Conservação do Bioma Cerrado – SEMA/SECEX, Convidou a Sra. Carolina**
138 **Leite Queiroga Schubart, assessora técnica e Coordenadora do Sistema Distrital de Prevenção**
139 **e Combate aos Incêndios Florestais- PPCIF/SEMA/DF para proceder a apresentação. A**
140 **apresentadora informou que este foi instituído pelo Decreto nº 17.431/1996 atualizado pelo**
141 **Decreto nº 37.549, de 16 de agosto de 2016. Trata-se de um sistema de parcerias institucionais**
142 **para a proteção do Cerrado, com vistas à promoção e a articulação interinstitucional para**
143 **otimização dos recursos humanos e materiais para a execução do Plano. São 22 instituições**
144 **participantes, federais e distritais, coordenadas pela SEMA, para minimizar os efeitos das**
145 **queimadas: SEMA, SES, SEAGRI, PREVFOGO-IBAMA, IBRAM, ICMBIO, CIAB DA**
146 **MARINHA, IBGE, EMATER, JBB, Fazenda Água Limpa (FAL-UNB), Defesa Civil,**
147 **CBMDF (maior efetivo do PPCIF e fundamental para o combate aos incêndios, sem os quais**
148 **não se podem executar as ações do Plano), SLU, INMET, CAESB, Ala 1 da Aeronáutica,**
149 **NOVACAP, PRF, AGEFIS, Sociedade Civil (ainda que não façam parte do GT executor, os**
150 **agentes são capacitados e por eles que o Plano recebe muitas denúncias, recebem doações de**
151 **equipamentos) e Fundação Jardim Zoológico de Brasília (ingresso recente, por solicitação).**
152 **As atividades do PPCIF duram o ano inteiro, subdivididas em ações de prevenção (janeiro a**
153 **junho) e de combate (período da seca até o período de chuva), sendo que ao final de cada uma**
154 **são realizadas avaliações internas. O Plano promove inúmeras ações educativas e foi pioneiro**
155 **em “blitz” educativa de prevenção de incêndios. Trabalham com crianças, principalmente, de**
156 **escolas públicas de forma inédita, pioneira no Brasil, nenhum outro estado trabalha com ação**
157 **educativa a combate de incêndios, atividade bastante reconhecida pela sociedade de Brasília.**
158 **Inclusive utilizam materiais de divulgação como o “Não quero fogo no meu quadrado” e o**

159 “Almanaque do Fogo” (revista para qualquer faixa etária, já na 3º edição a ser distribuído para
160 a sociedade civil e escolas, quando solicitado), materiais informativo sobre quem deve ser
161 acionado em caso de incêndio, bombeiros (193), em caso de denúncia, IBRAM (162). No
162 Distrito Federal é proibido colocar fogo em qualquer material: Lei nº4329. A apresentadora
163 mencionou as ações da “blitz” educativa, com o envolvimento das Escolas Classes do DF.
164 Além das capacitações, ademais das instituições envolvidas, também foi envolvida a
165 sociedade civil, com a entrega de abafadores. Lembrou as atividades importantes do Corpo de
166 bombeiros, a participação do Zoológico de Brasília, que tem excelente para dar suporte e
167 assistência aos animais que estão envolvidos na área incendiada. Execuções de aceiros
168 mecânicos (cerca de 350 km, na APA Cabeça de Veado e nas Unidades do IBRAM, como
169 parques e UC distrital, com cerca de 160km), executados por meio de parcerias institucionais,
170 visto que o PPCIF não tem fundo próprio, doações de 3 (165 mil/L) caixas d’água (Floresta
171 Nacional de Brasília, onde construíram uma pista de pouso e decolagem), instaladas nesse
172 ano, para facilitar os acessos dos aviões de combate, principalmente, para incêndios de
173 grandes proporções. Além da contratação de 140 brigadistas florestais, contratados pelo
174 IBRAM. Mencionou o intenso trabalho do PPCFIF, em setembro de 2019, com uma baixa
175 umidade, cerca de 8%, seca rigorosa, além da perda de uma combatente em ação. Foram
176 inúmeros casos de incêndios criminosos, por vezes desconhecidos da sociedade. São 350
177 combatentes do Corpo de Bombeiro (maior efetivo do PPCIF) - somente destinados ao
178 combate, um helicóptero e dois Hércules (são os Ases dos Bombeiros). Assim, foram
179 apresentadas as ocorrências de fogo distribuídas em um calendário correlacionando os meses
180 do ano e as ocorrências desde o ano de 2012 a 2019 e outro com as indicações de áreas
181 afetadas por hectares. A apresentadora lembrou que no DF, 98% dos incêndios são
182 provocados e apenas 2% por causas naturais (a única forma natural é por raios). Apresentou a
183 quantidade significativa de incêndios em setembro de 2019, quase todo o efetivo do Corpo de
184 bombeiros estava em campo. Lembrou que o Cerrado é o segundo bioma mais atingido por
185 incêndios ocasionados por humanos que ateiam fogo de forma intencional - o dolo, além de
186 fogos ocasionados por ignorarem as consequências, como o caso de Águas Claras, iniciado
187 por um ritual religioso, com uso de velas, e, nesse caso foi o fogo de turfa, quando o fogo
188 queima pelas raízes das plantas, o mais difícil de ser combatido. Nesse sentido foi entregue
189 um pacote orçamentário para a prevenção de combates e que estes recursos farão muita
190 diferença no combate, já para o próximo ano. A queima de lixo também é bastante
191 significativa, lixos são jogados em áreas de conservação e ateiam fogo na borda da unidade
192 com difícil combate. Destroí plantios, assim, deve-se pensar como se pensar estrategicamente
193 para evitar incêndios em plantios, em áreas que se quer preservar. Trata-se de uma questão
194 cultural a se considerar. Também, foram apresentados gráficos com o informativo das áreas
195 queimadas nos parques e unidades de conservação do Distrito Federal, com o recorte de
196 janeiro até o dia 15 setembro de 2019. Foram ocorrências oriundas do telefone 193, do Corpo
197 de Bombeiros, dados não tão significativos, pois contemplam todas as ocorrências. Nos
198 primeiros quinze dias de setembro foram cerca de 10.900 hectares de áreas queimadas no DF.
199 Comparando com os anos anteriores, 2018 que teve redução de 50% das áreas queimadas.
200 Assim, houve um acúmulo de muito combustível, por conta de uma vegetação que cresceu
201 demais em razão das chuvas intensas, sabidamente, essa questão iria resultar em grandes
202 incêndios florestais. Mencionou-se o incêndio criminoso na Chapada Imperial, precisamente,
203 no dia 23 de setembro de 2019, com cerca de 1.000 hectares. Apresentou o gráfico da
204 quantidade de áreas queimadas mês. Foi apresentado um mapa de acúmulo de combustível,
205 elaborado pelo IBGE e pelo ICMBIO, anualmente, que representa a distribuição da vegetação
206 verde, seca e solo exposto (sem vegetação) que indica as áreas com maior probabilidade de
207 queimadas. O Parque Nacional de Brasília, área crítica, utilizará a técnica do manejo
208 integrado do fogo, como uma forma de prevenção. Lembrou que nem sempre o fogo é um
209 inimigo, quando é bem usado é parceiro. No Parque Nacional quase não houve queimadas em
210 2019, em virtude do manejo do fogo. As FLONAS e o Parque do Descoberto foram as áreas
211 com mais queimadas. Outras indicações foram as áreas de depósito de lixo irregulares,

 4



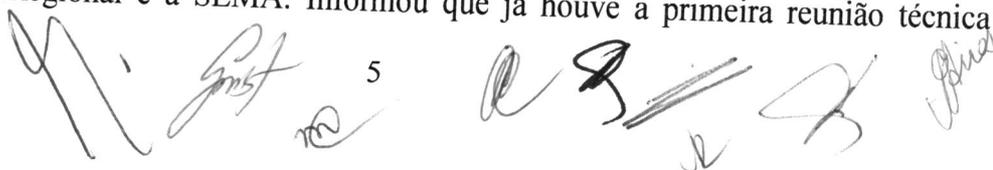






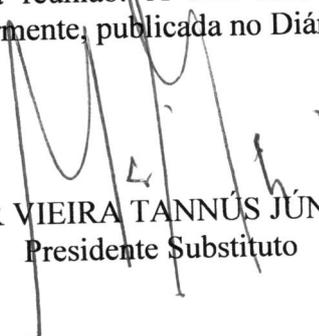


212 mapeamento desenvolvido pela SEMA. A apresentadora lamentou as perdas de combatentes,
213 como o ocorrido em setembro desse ano e todos os outros acidentes de combatentes em
214 campo por ser uma tarefa árdua com muitas dificuldades para apoiar a vida do Cerrado e que
215 essas ações não são em vão, pois servirão para que as futuras gerações possam usufruir desse
216 Bioma. A Conselheira Cristina/SEMA agradeceu a apresentação e todo o trabalho da que a
217 SEMA desenvolve junto ao PPCIF. O Conselheiro Antônio Carlos Navarro/FIBRA,
218 parabenizou o trabalho da SEMA. Salientou que 47% dos entulhos coletados na URI estão em
219 áreas irregulares. Trata-se de um grande volume de resíduo, além de ser um grande problema
220 para a questão dos incêndios, estes causam enormes problemas para a região. Lembrou que o
221 CONAM criou uma Câmara Técnica, nomeada, mas ainda não ativa, para tratar toda a
222 questão da normatização dos resíduos, além da classificação e do direcionamento destes para
223 todo o Distrito Federal. Mesmo com todos os esforços no sentido educativo, o problema é
224 bastante grave e ainda sem eficácia. Requer atenção de todas as instituições envolvidas nesse
225 sentido. Falou da importância de se criar novas políticas e ações para a dispensa dos resíduos.
226 Na sequência, a Conselheira Alba/ADASA, parabenizou a SEMA e informou que esteve
227 envolvida em ações de combate à incêndios. Lembrou que houve grandes avanços nesse
228 sentido, mas perguntou à apresentadora sobre a computação dos números de queimadas que,
229 anteriormente, eram incluídas queimas de até uma cerca viva como incêndio florestal, se isto
230 permanece ou se os números mostrados aqui de fato são incêndios florestais. Perguntou ainda
231 se os aceiros no Parque Nacional utiliza o manejo integrado de fogo ou se o parque já faz
232 queimadas programadas. A apresentadora respondeu que no Parque Nacional de Brasília são
233 feitos aceiros negros, mais pela borda, perto das rodovias. O Parque realiza as queimas
234 prescritas dos combustíveis, com fogo baixo, geralmente, em maio, com todo o apoio do
235 PPCIF nessa técnica e suporte dos especialistas, como prevenção. Sobre os dados das
236 queimadas, ainda não são triados pelo Corpo de Bombeiros, mas dentro dos 10.000 hectares,
237 o PPCIF pode informar que 2.600 são de áreas distritais. No total, cerca de 5.000 foram de
238 áreas de conservação. A Conselheira Alba/ADASA mencionou o fogo de tufeira e solicitou
239 que acompanhamento para saber como serão as restaurações nessas áreas acometidas, a
240 exemplo de áreas já acometidas com essa forma tão grave de incêndio no passado na Vargem
241 Bonita. O Conselheiro Eduardo Cirino/EMBRAPA apontou a necessidade de avaliação do
242 efeito das cinzas sobre os recursos hídricos, por cerca de quatro anos, visto que há poucos
243 estudos nesse sentido. Lembrou que o fogo também atinge os recursos hídricos. Lembrou que
244 as propriedades físico-químicas da água são alteradas pelas cinzas. A apresentadora salientou
245 a necessidade da contratação de brigadistas para todo o ano, visto que são os vigilantes das
246 UCs. Com a anuência do Governador, serão contratados os combatentes por um ano, uma
247 iniciativa, novamente, pioneira do Distrito Federal. A Conselheira Andrea/CBH Maranhão
248 falou da importância de fazer cursos de capacitações para os CBHs e agradeceu a doação dos
249 abafadores. Solicitou parceria com as regiões vizinhas, como Goiás, para a prevenção e
250 combate à incêndios. Finalizadas as considerações o Presidente prosseguiu com o item **1d da**
251 **pauta:** acompanhamento das atividades da CTPA/CRH. Convidou a Conselheira Raquel
252 Brostel/ABES/DF, Presidente da CTPA para proceder a apresentação. A Conselheira
253 informou que foi criado na CTPA/CRH grupo de trabalho do Sistema de Informações,
254 coordenada pela ADASA. O Presidente prosseguiu com o item **1e da pauta:** representação
255 do CRH na Comissão Técnica que analisa os produtos do Plano de Recursos Hídricos das
256 Bacias Hidrográficas dos afluentes distritais do rio Paranaíba (PRH – Paranoá) elaborados
257 pela empresa contratada - ENGEPLUS Engenharia e Consultoria Ltda. Foram indicadas para
258 compor a Comissão Técnica as Conselheiras Cristina/SEMA, como titular e a Conselheira
259 Edna Aires/ SEDUH, como suplente. O Presidente prosseguiu com o item **2 da pauta: 2a)**
260 Comunicar o plenários sobre a assinatura do ACT do Programa de Revitalização de Bacias
261 Hidrográficas do DF – MDR/SNRH e DF/SEMA. Foi informado que o Acordo de
262 Cooperação Técnica - ACT, do Programa de Revitalização de Bacia foi assinado no dia 12 de
263 agosto de 2019, publicado no DODF de 6 de setembro de 2019, firmado entre o Ministério do
264 Desenvolvimento Regional e a SEMA. Informou que já houve a primeira reunião técnica

 5

265 onde a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica foi convidada para fazer uma apresentação
266 sobre revitalização de Bacias hidrográficas na próxima reunião do CRH, a ser realizada no dia
267 6 de novembro. Na sequência, apresentou-se o item **2b da pauta:** retomada e reestruturação
268 do CNRH. Foi feita a representação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no dia 8 de
269 outubro, na sede do Ministério do Desenvolvimento Regional e foram disponibilizadas 9
270 vagas para os Estados, dentre os 27, com três Estados por vaga, um titular e dois suplentes. O
271 Decreto nº 10.000/2019 tratou da reestruturação do Conselho Nacional dos Recursos
272 Hídricos, em especial, em sua composição, com redução na representatividade federal. Serão
273 37 representantes, sendo 19 do governo federal, 9 dos CRHs estaduais e distrital, 6 usuários
274 de recursos hídricos e 3 organizações da sociedade civil de recursos hídricos. Disse que o
275 objetivo da reunião foi deliberar sobre a indicação de representantes dos Conselhos Estaduais
276 e Distrital de Recursos Hídricos, para integrar o CNRH, para o mandato 2019/2023, em
277 atendimento ao Decreto 10.000 de 03 de setembro de 2019. Informou que o DF dividirá a
278 vaga com o Estado do Espírito Santo – ES, com rodízio anual, com o DF na titularidade no
279 primeiro e no terceiro ano. Informou que as Câmaras Técnicas que permaneceram foram:
280 Câmara Técnica de Assuntos Legais, Câmara Técnica de Planejamento e Articulação,
281 Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, Integração com a Gestão Ambiental e
282 Territorial, Educação, Informação e Ciência e Tecnologia e Segurança de Barragens. Ficou
283 deliberado que as instituições que desejem participar das CTs do CNRH devem responder
284 Ofício que será enviado pela Diretoria de Colegiados solicitando que se manifeste as
285 instituições interessadas. Exaurida a pauta e não havendo mais considerações, o Presidente
286 agradeceu a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos
287 Conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

288


JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
Presidente Substituto


MARIA CRISTINA C. MARODIN
SEMA


EDNA AIRES
SEDUH


GABRIEL MARTINS SALES FONTE
SODF

ALLEX DE MELO MORAES
SDE

ROSATILDE SANTANA CARVALHO
CACI/DF

JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA
ADASA


GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO
ADASA


ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA

EDUARDO CYRINO DE O. FILHO
EMBRAPA


ANTONIO CARLOS DE A. NAVARRO
FIBRA

ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR
CBH/MARANHÃO

JOSÉ BRILHANTE NETO
CBH/PRETO


CARLOS ALBERTO DE MIRANDA AVIZ
CBH/PARANAÍBA


RAQUEL DE CARVALHO BROSTE
ABES/DF

